

PRA (RE)FAZER INDIANA JONES: crimes e caminhadas da antropólog(i)a nos processos de produção das “classes perigosas”

Natália Corazza Padovani

Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP

E-mail: nataliacorazzapadovani@gmail.com

RESUMO

A partir de parte do trabalho de campo que enfocou redes de afeto produzidas através de prisões femininas das cidades de São Paulo (Brasil) e Barcelona (Espanha), neste artigo analiso o modo o como a antropologia (e a antropóloga) é acionada e articulada no sistema penitenciário destas duas cidades. O texto resgata as ponderações de Dirks (2001) sobre os “crimes da antropologia” no colonialismo: a formulação antropológica de embasamentos teóricos que permitiram inventar as “classes perigosas”, assim como os recorrentes desenvolvimentos de expertises técnicas para exame e aprisionamento dos sujeitos assim classificados. Ilustro, porém, que as interlocutoras de minha pesquisa reconhecem e agenciam a “caminhada”, ou seja, a história pregressa da antropologia, muitas vezes, inclusive, a subvertendo desde os processos capilares de produção de “laudos”.

Palavras-chave: Prisões; Antropologia; Documentos.

ABSTRACT

This text stems from the process of a long research focusing on networks of affection and affectionate relationships experienced in female prisons in the cities of São Paulo (Brazil) and Barcelona (Spain) conducted between 2010 and 2015. In this article, I propose to examine how anthropology (as well as the anthropologist) is articulated in the prison system of both cities. The paper reminds Dirks (2001) arguments about the “anthropology crimes” and its relation with colonialism process: as the formulation of theoretical grounds by this science, which allowed produce the “danger classes” and also the development of technical expertise of exams and incarceration on the subjects classified as such. During the text I demonstrate, however, that the inmates also articulate the producing proofs and appraisal reports knowledge.

Key-words: Prisons; Anthropology; Documents.

Este artigo decorre do processo de pesquisa realizada para o doutorado, e antes para o mestrado, que enfocou redes de afeto e relações amorosas vivenciadas através de prisões femininas das cidades de São Paulo e Barcelona. A pesquisa partiu do processo etnográfico iniciado na Penitenciária Feminina da Capital. Campo do qual tratou minha dissertação de mestrado defendida em março de 2010, foi somente nesta unidade em que entrei portando papéis que comprovassem todas as autorizações para realização deste trabalho etnográfico. Papéis portando as assinaturas da direção da unidade, do coordenador dos estabelecimentos penitenciários da região metropolitana de São Paulo, do Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo e, por fim, da Juíza da Corregedoria dos Presídios Femininos da Capital – 2ª Vara de Execuções Criminais do Fórum da Barra Funda.¹

¹O pedido de autorização para realização da pesquisa foi feito em março de 2010, antes da implementação do Comitê de Ética da Secretaria de Administração Penitenciária que existe desde abril de 2010. Este é, atualmente, responsável por deferir ou não a realização de pesquisas em unidades prisionais do Estado de São Paulo. O projeto apresentado para a efetivação desta pesquisa listava três unidades a serem levadas em conta como campo: A Penitenciária Feminina da Capital (PFC), a Penitenciária Feminina de Santana (PFS) e a Penitenciária Feminina do Butantã. Naquele momento, o trâmite de pedido para efetivação de pesquisas em prisões passava, primeiro pelas diretorias das unidades, depois pela Coordenaria do sistema prisional da região metropolitana de São Paulo, após pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e, por fim, pela Juíza Corregedora da Vara de Execuções Criminais do Fórum da Barra Funda. Obtive autorização para a realização da pesquisa em todas as instâncias com exceção da jurídica. A juíza corregedora Nídia Rita Coltri Sorci alegou que, “todas as prisões são iguais” e, portanto, pediu-me para escolher uma das três unidades

Em decorrência destas assinaturas e destes carimbos, todas as interlocutoras da parte da pesquisa feita nas penitenciárias de São Paulo estiveram, inicialmente, presas na Penitenciária Feminina da Capital, situada no bairro do Carandiru, zona norte da cidade de São Paulo. Ocorre, contudo, que paralelamente a pesquisa, minha entrada tanto na Penitenciária Feminina da Capital como em outras unidades prisionais femininas deste município se dava por meio de meu envolvimento com a Pastoral Carcerária, organização na qual atuei como voluntária dentre os anos de 2009 a 2013. De outro modo, algumas das interlocutoras desta pesquisa que ficaram presas na Penitenciária Feminina da Capital foram sendo transferidas para a Penitenciária Feminina de Santana, também no bairro do Carandiru, ou ainda para unidades de cumprimento de regime semiaberto² onde meu nome foi

penitenciárias listadas no projeto para que ela pudesse autorizar minha entrada como pesquisadora naquela. Elegi seguir a pesquisa na Penitenciária Feminina da Capital, unidade onde realizei o campo etnográfico de meu mestrado.

²Regime semiaberto é uma progressão de pena. A sentenciada cumpre parte da pena em regime fechado e, após este, passa para o regime semiaberto. O tempo da pena a ser cumprido em regime fechado depende do tipo de crime do qual a sentenciada é acusada, se crime comum, hediondo ou equiparado a hediondo, tal como é definido o “tráfico de drogas” (Ver: Lei 11.353/06, artigo 33). São definidos como hediondos pelo Código Penal os crimes de homicídio doloso, estupro, assalto seguido de morte, sequestro dentre outros. De acordo com a redação do artigo 5º XLIII da Constituição, assim como aos acusados de cometerem crimes hediondos, aos acusados por tráfico de drogas são vetados os direitos de fiança e indulto. A progressão ao regime semiaberto é atribuída aos sentenciados pela Lei de Drogas, após cumprimento de 2/5 do tempo da pena em regime fechado. Aos acusados de crimes comuns, como furto, assalto e estelionato, a progressão ao regime semiaberto pode ocorrer.

colocado em rols de visitas familiares, ou seja, em listas com os nomes dos familiares que podem visitar as pessoas presas. Disso implicou que em alguns momentos pude visitá-las através de outros estatutos relacionais que não o de pesquisadora, mas o de agente pastoral e o familiar.

As múltiplas formas por meio das quais me inseri no campo enfatizam que o fato de a pesquisa ter partido da Penitenciária Feminina da Capital não significa que ela ficou restrita àquela unidade como campo etnográfico específico. Afinal, o processo prisional é sustentado pela circulação das pessoas que aprisiona. Ou seja, a instituição prisional funciona a partir de uma lógica que prevê transferências e, portanto, movimentos recorrentes das pessoas que arrastam seus vínculos de uma unidade prisional à outra. A lógica das transferências entre prisões possibilita tráfego de informações e logo, a constituição de redes de focos e controles entre todas as instituições prisionais. A circulação de pessoas entre as unidades penitenciárias abre caminhos para o estabelecimento de redes informais de comunicação. Deste modo, conversas iniciadas entre os muros da Penitenciária Feminina da

Capital foram inevitavelmente continuadas entre os corredores da Penitenciária Feminina de Santana, por exemplo.

Tendo em vista que a pesquisa etnográfica fundamenta-se em relações interpessoais que aos poucos passam a compor o espectro de redes de ajuda, amizade e afeto, como medir seus meandros e fronteiras? Os fluxos que permitiram a efetivação do meu trabalho de campo são os mesmos que permitem a constituição de relações nas portarias, pátios, celas e corredores das prisões. Por meio do estabelecimento e da manutenção das relações, minha pesquisa passou a ser uma etnografia multissituada (Marcus, 1995), pois na medida em que eu acompanhava as transferências, saídas e entradas das prisões, aprendia que cada unidade possui funcionamentos distintos com os quais minhas interlocutoras teriam de lidar para seguir o cumprimento de suas penas e suas trajetórias: seus campos de possibilidades (Velho, 2013). Aprendia que de minha parte, teria de situar-me em cada campo desta.

Para o desenrolar deste texto, cabe ainda apontar que a elaboração de um campo etnográfico sobre redes de afeto e amores vivenciados através das prisões femininas permitia pensar em formas de ocupar o “mundão”: formas de vivenciar liberdades a partir da instituição prisional. Afinal, as narrativas eram carregadas de casas, ruas, cidades e bairros fora do estado de São Paulo ou até fora do Brasil. Com o decorrer

rer após o cumprimento de 1/6 do total da pena em regime fechado. Importante salientar, contudo, que a progressão de pena depende de avaliações de comportamentos das presas produzidos pelas assistentes sociais de cada unidade prisional assim como do julgamento dos juízes da vara de execução criminal. Ter cumprindo o tempo necessário de pena em regime fechado não é, portanto, único requisito para a progressão. A Penitenciária Feminina do Butantã é uma unidade penal de cumprimento do regime semiaberto.

da etnografia, “mundão” ganhou conotação transnacional. Ganhou acentos em inglês e em espanhol. O comércio internacional de drogas trouxe para as prisões brasileiras, especialmente para as da região sudeste, pessoas vindas de outros países da América do Sul, assim como da África, da Europa e da Ásia. Dados produzidos pelo Ministério da Justiça do Brasil e publicados pelo InfoPen em dezembro de 2012³ indicavam que, nas prisões paulistas (masculinas e femininas) o maior contingente de presos europeus era espanhol. Em números absolutos, as espanholas somavam, no momento da pesquisa, a quinta principal nacionalidade de estrangeiras em unidades prisionais femininas de São Paulo ficando atrás, somente, das bolivianas, angolanas, sul-africanas e tailandesas. Chamava atenção o grande número de espanholas que circulavam pelos corredores das penitenciárias femininas paulistas e as histórias de amor que eram narradas sobre relações estabelecidas entre elas e presas brasileiras. Estes dados eram tangenciados ainda, pelo fato de os fluxos migratórios entre Brasil e Espanha comporem uma importante seara dos estudos sobre mercados do sexo e matrimoniais em

ambos os países (Piscitelli, 2013; Giroña, 2007; Bodoque e Soronellas, 2010 e Pelúcio, 2009). Com o desenvolvimento da pesquisa, tornou-se imperativo problematizar o trânsito de brasileiras e espanholas a partir do mercado transnacional de drogas levando em conta os dois sentidos dos trajetos: Espanha – Brasil / Brasil – Espanha. Deste modo, parte do mapa do mercado transnacional de drogas traçou os rumos da minha pesquisa por entre prisões de São Paulo e de Barcelona⁴. E, a partir deste enredamento, a pesquisa, antes circunscrita às penitenciárias femininas da cidade de São Paulo, foi ampliada para muitos outros endereços por onde transitavam as narrativas. Endereços que comunicavam defensorias públicas, embaixadas, polícias de imigração, residências, ruas, bairros, cafés, lanhouses e correios do Brasil e da Espanha. Penitenciárias que antes não faziam parte do cenário descritivo da pesquisa, como o Centro de Ressocialização de Itapetininga e as

params=itemID=%7BC37B2AE9-4C68-4006-8B16-24D-28407509C%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D. Última visita 02 de abril de 2015.

⁴Por meio deste recorte etnográfico, minha pesquisa de doutorado passou a integrar o projeto de Cooperação Internacional firmado entre o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade da UNICAMP / PAGU, o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNICAMP e o Departamento de Antropologia Urbana e Fluxos Migratórios da Universitat Rovira i Virgili de Tarragona / Catalunha. O projeto previa pesquisas que seriam realizadas no Estado de São Paulo e na Comunidade Autônoma da Catalunha, fato que abriu precedentes para que eu pudesse ampliar o trabalho de campo para prisões femininas em Barcelona com foco nas trajetórias de brasileiras em cumprimento de pena na Catalunha, fluxo inverso àquele que eu estava habituada a encontrar em São Paulo.

³O InfoPen é um programa de coleta de dados do Sistema Penitenciário brasileiro administrado pelo Ministério da Justiça. Tal sistema permite a criação dos bancos de estatísticas federal e estaduais sobre os estabelecimentos penais e populações penitenciárias. Ver: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View=%7BD574E-9CE-3C7D-437A-A5B6-22166AD2E896%7D&Team=&>

prisões catalãs foram, pouco a pouco, trazidas para o campo semântico da etnografia escrita a partir dos nós que tencionam afetos e encarceramentos com fluxos, por vezes, transnacionais. Nós tecidos por meio da produção de relações que atam prisões e “mundões”.

Mesmo que não houvesse como etnografar todos os endereços e unidades penitenciárias por onde as interlocutoras desta pesquisa transitavam, as diferentes prisões passaram a compor o espectro narrativo da pesquisa por meio das falas e opiniões sobre facilidades e dificuldades implicadas em estar longe ou perto dos centros das cidades, as preferências e diferenças no estilo dos diretores, dos psicólogos, dos regulamentos internos, assim como as marcas de cigarros permitidas e proibidas nas diferentes penitenciárias. Mas principalmente, o espectro narrativo das interlocutoras passava pelas preferências em estarem sob esta ou aquela comarca da Vara de Execuções Criminais a qual era atendida por este ou aquele juiz. Falavam, portanto, das facilidades e dificuldades encontradas na relação com juízes, defensores, promotores responsáveis pelas decisões de deferimento ou indeferimento que eram carimbadas em seus processos, seus papéis. Diziam sobre as facilidades ou dificuldades encontradas no empreendimento do preenchimento de papéis, como laudos psiquiátricos e criminológicos, que são produzidos desde a relação com os funcionários das prisões e os gestores do sis-

tema judiciário. Papéis que comprovam recebimentos ou perdas de benefícios, progressões de pena, saídas temporárias, liberdades condicionais. A circulação das interlocutoras desta pesquisa, portanto, passou a ser pensado a partir da importância que as transferências de unidades prisionais ganhavam no agenciamento e na produção destes papéis os quais documentavam suas trajetórias não só na instituição penitenciária, mas que afiançavam seus vínculos fora dela articulando sentidos em suas narrativas e trajetórias.

Como argumenta Letícia Ferreira (2013) ao analisar a produção de inquéritos policiais sobre processos de desaparecimento de pessoas, “preencher papéis” não é um ato formal que acompanha as práticas cotidianas dos gestores e sujeitos dos aparelhos de estado, antes preencher papel é constitutivo destes. Dito de outro modo, os aparelhos de estado existem para e são produzidos pelos papéis que seus gestores preenchem, carimbam, assinam. Mais do que isso, nas palavras da autora, os documentos produzem e reorganizam relações não funcionando, portanto, “como artefatos estéreis e autocontidos, e sim como objetos materiais do direito, da administração e da governança capazes de produzir diferentes efeitos e engendrar múltiplos afetos e relações” (Ferreira, 2013: 42).

Como já explicitiei em outro momento, na relação tecida com a administração penitenciária e com o sistema jurídico que engendra a instituição pu-

nitiva – sempre na figura de diretores, juízes, psicólogas, assistentes sociais, defensores – as interlocutoras desta pesquisa agenciavam o preenchimento dos papéis que “levavam suas causas” (Lugones, 2012) segundo suas possibilidades e as relações que as afiançavam. Nesse registro, a relação com a antropologia na figura da antropóloga também era por elas articulado como ferramenta produtora de escritas, laudos e verdades.

A partir deste trabalho de campo multissituado, o qual brevemente expus acima, analiso neste artigo o modo o como a antropologia (e a antropóloga) é acionada e articulada no sistema penitenciário de São Paulo e, mais brevemente, de Barcelona. O texto resgata as ponderações de Nicholas Dirks (2001) sobre os “crimes da antropologia”, mas também de Mariza Corrêa (2006) sobre a formulação antropológica de embasamentos teóricos que permitiram inventar as “classes perigosas”, assim como os recorrentes desenvolvimentos de expertises técnicas para exame e aprisionamento dos sujeitos assim classificados. Por meio de duas cenas etnográficas, ilustro o como as interlocutoras de minha pesquisa agenciam a relação com a antropóloga tornando esta um meio através do qual trocas e ajudas são acionadas. Mais do que isso, as cenas expostas aqui permitem ilustrar que a “antropologia” é também articulada pelas personagens deste texto como ferramenta de “produção da verdade” desde

processos capilares de produção de provas. Processo que fundamenta a instituição penitenciária e que é cooptado pelas pessoas que são por ela aprisionadas.

NAS TROCAS DA ESTRADA, OU TRAMANDO ESCRITAS E CADERNOS DE CAMPO

Marta Téllez, espanhola com pouco mais de quarenta anos e que já havia sido presa acusada por tráfico internacional de drogas na Argentina e na Espanha, ao receber sua liberdade condicional da pena que cumpria, então, no Brasil, passou a me acompanhar nas atividades de campo que eu fazia em penitenciárias femininas fora da cidade em que passou quase dois anos presa em regimes fechado e semiaberto, mas ainda no mesmo estado: São Paulo.

Preso em 2009, Marta era uma das mais antigas interlocutoras de minha pesquisa. Passava seus dias de saída temporária, “dias de saidinha” como os feriados de natal, dia das mães e dia dos pais, em minha casa, na cidade de Santo André, região metropolitana de São Paulo. Além disso, Marta – casada com Eduardo, também espanhol e também preso em São Paulo, mas na Penitenciária masculina de Itai, acusado pelo mesmo crime e arrolado no mesmo processo que ela – acompanhava meus processos de trabalho de campo, lia os esboços dos capítulos e artigos que eu escrevia sobre ela, seu esposo e suas parceiras de prisão. Produzia comigo os

cadernos de campo nos quais ela aparecia como personagem e eu autora.

As transações entre Marta Téllez e eu eram finas e tecidas por produções de documentos que afiançavam seu casamento, tais como os atestados de união estável que eu assinava como testemunha, que comprovavam seu endereço no mesmo endereço que o meu, que faziam de mim sua visita familiar registrada no rol de visitas da prisão. Transações que teciam nossa relação através de múltiplos fios: éramos antropóloga e interlocutora, presa e pesquisadora que passaram a ser amigas, “irmãs de caminhada”.

Elos tecidos entre “irmãs de caminhada” são aqueles produzidos através das experiências de aprisionamento, do (re)conhecimento de umas pelas outras a partir das regiões de moradia, do nome da mãe, do marido, mas principalmente da familiaridade em reconhecer quem, nessa complexa trama de relações, são aliadas – irmãs, conhecidas de confiança – e quem são inimigas. Ao longo de todo o período de trabalho de campo, frases como “fulana é minha irmã, só a gente sabe o que passamos juntas nessa caminhada”, foram bastante recorrentes. “Irmãs de caminhada”, na rua e/ou na prisão, não se abandonam quando uma vai para o castigo, está doente ou deprimida pelo tempo de pena que ainda tem a cumprir, pelo término de um relacionamento, pelas saudades dos filhos ou até pela falta de dinheiro para manter-se dentro da

prisão ou para pagar advogados. Laços de irmãs são relacionamentos de ajuda mútua enredados por trocas de afeto, cuidados e dinheiro. São laços nutridos pela manutenção na dura caminhada na prisão. Quer dizer, pela manutenção da vida em sentido amplo. Nesse registro, os vínculos da caminhada são definidos pelo ordinário. São laços criados pelas trocas das substâncias que produzem a vida cotidiana. A comida, o dinheiro, os segredos, os gozos e os afetos são como o *relatedness* de que fala Carsten (2004).

“Caminhar junto” é, portanto, estabelecer relações de ajudas mútuas. Para isso, torna-se necessário conhecer a caminhada daquele com quem se almeja “pedalar” ou “ser os pedais”, os suportes uns dos outros. Nesse registro, a palavra caminhada ganha ao menos dois sentidos, o de “história pregressa” e o de vínculo. Mas estes estabelecem entre si um nó semântico, afinal só é possível ser aliado daqueles de quem se tem confiança, com quem se tem expectativas de reciprocidade. A “caminhada”, assim como documentos de identificação que comprovam laços familiares, de endereço ou antecedente criminal, os quais são apresentados nas portarias de entrada das prisões por aqueles que as visitam, estabelece-se, dentro dos pavilhões, como instrumento de exame da “qualidade” dos sujeitos com os quais se pretende seguir no “movimento”, “na pedalada”. A caminhada é, portanto, processo de produção de exame e prova

de confiabilidade necessária para a trama do vínculo de afeto e reciprocidade.

No que tange as análises deste artigo, cabe perguntar: no tocante da antropólogo(i)a na caminhada, quais são os fios acionados e transacionados nesta relação de produção de afeto e provas?

Marta me acompanhava nas visitas à Rosa que, também espanhola, havia cumprido pena em regime fechado na Penitenciária Feminina da Capital até ser transferida para o Centro de Ressocialização de Itapetininga, a cento e cinquenta quilômetros da cidade de São Paulo, para terminar de cumprir parte de sua sentença em regime semiaberto. Naquela quinta-feira, era véspera de domingo de páscoa e seria também, a primeira saída temporária de Rosa. Após quase três anos presa, Rosa passaria quatro dias fora da penitenciária. Naquela quinta-feira, era véspera de domingo de páscoa e seria também, a primeira saída temporária de Rosa. Após quase três anos presa, Rosa passaria quatro dias fora da penitenciária. Fomos Marta e eu, com o meu carro, buscar Rosa nos portões do Centro de Ressocialização onde a encontramos com mais duas amigas que também cumpriam pena ali, para quem oferecemos carona. Rosa iria ficar em Sapopemba, na casa da família de Lola, brasileira que também havia ficado presa na Penitenciária Feminina da Capital e com quem ela havia se casado na prisão. Uma de suas amigas era do bairro de Vila Luzita

em Santo André, bem próximo de minha casa, a outra era da baixada santista e precisava pegar o ônibus no terminal Jabaquara para poder voltar para casa e rever sua filha a quem não via fazia um ano.

Com o carro cheio, voltamos para a estrada. As quatro mantinham os vidros abertos, deixavam os cabelos soltos e tiravam fotos. Faziam planos para os dias da saída. Planos de festa, de bailes funks, de compras, de namoros. Planos que faziam da mãe da baixada santista querer ficar na capital para poder sair com as amigas. As festas e as compras dissipavam as saudades que ela dizia estar sentindo de sua filha. Mas as amigas mantinham-na firme: “você vai ver sua filha primeiro!”; “vem no sábado à noite pra gente ir ao baile, mas primeiro vem a família!”. Alguns quilômetros rodados na estrada foram suficientes para que a moça santista repensasse seu retorno à penitenciária no final do período da saída temporária. “Vou sair, vou curtir, depois vou pra casa. Não volto mais pra aquele lugar não gente. Não consigo!”, dizia ela enquanto Rosa, Marta e a minha vizinha de Santo André mantinham o firme propósito de fazê-la retornar à prisão. Afinal, depois do fim da pena ela teria a vida pela frente sem ter de dever nada à justiça, “e faltava tão pouco para o fim”, argumentavam.

O trajeto da estrada era sonorizado pelas minhas escutas atentas aos esforços de manterem-se firmes umas às outras, esforços que respondiam a necessidade de suportar as “tentações da rua” e

manter a “caminhada reta”, visitar a família, voltar à prisão, terminar de cumprir a pena. Os bailes funks viriam com o tempo. Eram ali, mais uma vez, umas os “pedals” das outras para a efetivação do difícil projeto de terminar a sentença e seguir com a vida na rua, no “mundão”.

Mas enquanto o vento batia nos cabelos e as vozes discutiam em alto som os planejamentos dos dias que brevemente passariam, o carro enfraqueceu. Perdeu velocidade até obrigar-nos a parar no acostamento bem diante de um boteco da estrada onde, em frente, estacionavam caminhoneiros. As cinco desceram do carro sem entender muito bem o que faríamos e como arrumaríamos o carro. Após muito olharmos para o capô aberto e recebermos inúmeras opiniões dos caminhoneiros, resolvemos telefonar para o guincho do seguro do carro o qual, junto, traria um táxi para levar, cada uma das quatro garotas que eu levava no carro aos seus destinos. A comemoração foi geral, afinal, nenhuma teria de tomar ônibus ou metrô chegando a São Paulo, pois segundo o atendente que recebeu minha chamada telefônica, todas iriam ser levadas até a porta de suas casas mesmo que esta fosse numa cidade do litoral. Problemas mecânicos e de trajetos resolvidos, entramos no boteco para tomar cerveja, fumar um cigarro e comer.

Todas pediram porção de torresmo para acompanhar a cerveja gelada, só eu fiquei no queijo quente com Coca-Cola, ao que Rosa insistia em me pa-

gar já que eu havia ido buscá-las a quilômetros de distância de minha casa, meu carro havia quebrado na estrada e teria de pagar o conserto. Contestei à Rosa que eu havia considerado aquela uma atividade de trabalho de campo e que, portanto, poderia utilizar os recursos da FAPESP, agência financiadora de minha pesquisa, para pagar a gasolina, o pedágio e, inclusive, o queijo quente e a Coca-Cola, que Rosa não precisaria se preocupar. Respondi, ainda, que fazia questão de pagar a rodada de cerveja para comemorar seus dias de liberdade. Foi quando Marta, que havia ficado escutando nossa conversa atentamente, tirou de sua bolsa um caderninho encapado com o brasão do Corinthians, colocou-o sobre a mesa e me entregou uma caneta batendo com a outra mão sobre o caderno dizendo: “vamos, vamos, pergunta o que você quiser que hoje a gente vai te falar tudo!”. Gargalhávamos enquanto abríamos o caderninho e escrevíamos, juntas, o campo daquele dia. Mas o táxi e o guincho chegaram. Nos separamos. Fui com o guincho enquanto elas aproveitavam o fresco do ar condicionado daquele carro de luxo que as levariam até seus endereços.

No caderninho do Corinthians presenteado por Marta, ficaram as linhas escritas a dez, ou a muitas mais mãos que carregaram o trabalho de campo desta pesquisa. Mãos que cultivaram ciclos de trocas e ajudas permeadas por acessos a informações, cartas, “jumbos”

e dinheiro ⁵. Ciclos atravessados por vínculos produzidos no/pelo trabalho etnográfico os quais, de outro modo, eram pautados por categorias de diferenciação agenciadas nessas mesmas relações. Como analisa Adriana Piscitelli (2011a) em seu texto sobre os acionamentos e agências da “brasilidade” nas relações tecidas pelas brasileiras no mercado do sexo (e matrimonial) europeu, as categorias de diferenciação são articuladas pelos sujeitos em seus vínculos. Estes, tramados por embaraçamentos de estratégias financeiras e afetivas que não são excludentes umas às outras. No que tange a cena forjada por Marta, a qual a impulsionou junto de Rosa e suas amigas a escreverem o campo daquela tarde de quinta feira comigo, estavam sendo articuladas trocas diversas tecidas, inclusive, pelo dinheiro posto, ali, na lógica de um mercado de informações. Diriam o que eu quisesse em retribuição a cerveja e a carona. Para tanto, acionavam uma das múltiplas categorias que nos atravessavam na constituição de nossas relações. Na mesa do boteco, era eu a antropóloga e elas as presas que me diriam tudo.

⁵Ao longo de toda minha tese, Sobre Casos e Casamentos: Afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona, analiso os enlaces entre afeto e trocas de dinheiro, mercadorias ou “ajudas” (Piscitelli, 2011b). No que tange à Rosa, parte das ajudas passavam pelo fato de que sua mãe, Raimunda, enviava dinheiro e lista de compras para mim que comprava todos os produtos e enviava à Rosa como jumbo semanal. Raimunda, também me recebia em sua casa durante minhas viagens à Espanha me auxiliando sobremaneira para a efetivação da parte do trabalho de campo a ser realizada em Barcelona.

Como explicitado acima, o trabalho de campo realizado para esta pesquisa se deu por diversos estatutos de acesso às prisões, ora eu era pesquisadora, ora voluntária, ora sujeito registrado no rol de visitas familiares.⁶ Entrar por múltiplas portarias em um campo multissituado implica em ser produzida no campo a partir de marcos de relações polissêmicas. E, por mais que possa parecer, nenhuma marcação é excludente de outra. Ser amiga, “irmã de caminhada” e voluntária da Pastoral Carcerária não é deixar de ser antropóloga. A iniciativa de Marta em entregar-me objetos com os quais, recorrentemente, me viam caminhar pelos pavilhões das prisões por onde iniciávamos nossas conversas, foi a explicitação dos sentidos fundos que costumavam tramas de comunicação dos meus (nossos) “entras” e “sais” por portarias, revistas, estradas.

A figura da antropóloga não é exatamente nova nos corredores penitenciários. No que tange as galerias das penitenciárias de Barcelona, a presença da antropóloga(o), seguida por sociólogos(as), psicólogos(as), pedagogos(as), é recorrente e significativa. Mais de uma vez, ao me apresentar como antropóloga às funcionárias das equipes de reabilitação das prisões catalãs recebi, em troca,

⁶A descrição das diferentes formas de entrada no campo, o modo o como tais acessos implicaram nas relações com funcionários e agentes das penitenciárias e, principalmente, como a análise das distintas formas de revista e exame por que passam os visitantes das prisões segundo os estatutos relacionais que estabelecem com a prisão estão analisados na tese já citada na nota de rodapé anterior, especificamente a parte I da mesma.

a resposta simpática: “eu também sou antropóloga!”. Mais do que isso, no momento da minha pesquisa na Catalunha, o cargo de “subdiretor de tratamento”, ou seja, o agente responsável por supervisionar os técnicos que “observam e estudam os presos (educadores, assistentes sociais, etc.)”⁷, era preenchido por um antropólogo. A princípio espantava-me a familiaridade com que as pessoas em situação de prisão em Barcelona lidavam comigo quando eu me apresentava como antropóloga. De pronto, elas já sabiam o que esperar dos trâmites da pesquisa. O meu estranhamento se dissipou quando eu pude ver um dos extensos questionários a elas aplicados ao longo de toda a pena. As perguntas que eu as fazia eram quase as mesmas das que estavam ali descritas e sistematizadas para definirem graus de aprisionamento, prognósticos para progressão de pena e outros dados imprescindíveis para o funcionamento prisional⁸.

Em outra ocasião, na Penitenciária Feminina da Capital, ao convidar uma mulher reincidente com mais de sessenta anos de idade e vinte de prisão para participar da pesquisa, escutei: “eu não vou participar de pesquisa nenhuma! Não

sou laboratório não senhora! Já estou muito velha pra sentar diante de um gravador e falar mal do sistema”. Deu-me as costas. Eu não era novidade, minha presença carregava todas as pesquisadora(s) – antropólogas, sociólogas, psicólogas, criminólogas – para as quais aquela senhora já havia prestado contas dos anos passados na prisão. Para as quais ela já havia falado sobre suas atividades de trabalho, sua história pregressa, suas relações afetivas, familiares, falta de atendimento médico, jurídico, suas dificuldades durante o cumprimento de pena. “Falado mal do sistema”. Meu corpo e meu caderninho a tira colo carregavam as “ólogas” com as quais haviam se habituado a falar. E era assim que também me agenciavam. Era esse jogo iniciado, se não pela curta caminhada da antropóloga, pela longa e tensa caminhada da antropologia nos corredores prisionais que, todavia, entrelaçavam outros muitos ciclos de reciprocidade, vínculos e produção de verdades.

PRA (RE)FAZER INDIANA JONES, OU A ANTROPÓLOGA NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE “PROVAS”

No pátio do primeiro pavilhão, raio ímpar da Penitenciária Feminina de Santana, senti alguém cutucando o meu ombro. Olhei para trás e vi três meninas. Uma começou: “eu disse a ela que você é antropóloga, ela não acredita”; “sou antropóloga sim”; “tá, mas o que é isso? Você pode dizer se eu sou louca ou coisa assim?”; “eu não! Nem pretendo.

⁷Texto original: “Subdirector de Tratamiento: Es el encargado de supervisar a los equipos técnicos que observan y estudian a los presos (educadores, asistentes, etc.)”. Retirado de <http://www.infopri-sion.com/funcionarios-y-junta-de-tratamiento>. Tradução minha.

⁸Especificamente sobre o uso da palavra “inquisidor” no que tange as técnicas de investigação antropológicas, assim como sobre as implicações das relações estabelecidas entre produção documental e escrita de historiadores e antropólogos ver Guinzburg, 1991.

Aliás, é tudo o que eu não quero fazer”; “mas então o que um antropólogo faz?”; a terceira garota entrou na conversa; “é tipo o Indiana Jones! Ele era antropólogo não era?”. Eu, me vendo nessa enrascada respondo; “não é bem tipo Indiana Jones...”, “ah, mas então você não pode dizer se eu sou louca? Você pode conversar comigo?”, “Posso sim, é só o que eu quero fazer, conversar com você”. Patrícia pegou em meu braço e me chamou para dentro de sua cela. Entramos com cuidado para não pisarmos no colchão arrumado no chão do cubículo e nos sentamos na “pedra” sobre a qual sua cama de se sustentava. Pregadas na parede, estavam fotos de sua filha, de seu ex-marido e de sua mãe. Aos pés da cama, uma Bíblia recheada de papéis com anotações de telefone, endereços, cartas.

Mostrando-me as fotos, Patrícia, chorando muito, me contou sobre como tinha matado, com facadas, a amante do pai de sua filha. “Fui premeditada mesmo. Entrei na casa dela com a faca na mão. Queria matar ela! Gostei de enfiar a faca nela. Mas isso foi naquela hora, na adrenalina, agora eu não consigo nem lembrar daquela cena. É muita culpa, muita culpa! Vou viver com isso, não consigo me matar. Liga para ele, pede pra ele trazer a minha filha pra me visitar. Eu vou me matar se ele não fizer isso, fala pra ele que eu vou me matar! Fala para ele que eu estou louca! Eu estou louca? Fala pra mim, eu estou louca?” Eu não sabia o que dizer. Mas logo

não precisei falar nada. Flora, a menina que tinha dito que ser antropóloga era ser “tipo Indiana Jones”, entrou na cela onde também morava e nos chamou para ver o jogo de dominó que acontecia no pátio. Olhei para Patrícia que, ainda chorando, aceitou o convite.

Passamos a manhã assistindo àquele jogo de dominó sobre o qual eu pouco sabia, para o qual eu não era convidada. Frente àquela mesa eu fazia às vezes de uma curiosa estrangeira, uma exploradora para a qual regras, gestos, palavras deviam ser desvendados. Diante do jogo de dominó era eu a desajeitada forasteira que necessitava de ajuda para entender tudo o que acontecia ao meu redor (Wagner, 2010). Cada peça batida na mesa, cada piada direcionada à opoente do jogo me era, impacientemente, explicado por Flora e Patrícia. Diante do desajuste do meu corpo naquela situação, só podia pensar que eu era mesmo Indiana Jones. Uma figura embaraçada na imagética da exploração, da aventura, do estrangeirismo e de certo cientificismo. Figura dependente dos “mapeamentos” que levam aos “tesouros nativos”.

Patrícia e Flora me mapeavam os acontecimentos do jogo de dominó, me levavam à sua cela, me ensinavam a caminhar pelo pavilhão, mas ao mesmo tempo, me pediam explicações. Pediam que eu as dissesse, afinal, o que é ser antropóloga e, mais precisamente, Patrícia me pedia para dizer se ela era ou não louca. Havia ali o estabelecimento de um ciclo de reciproci-

dade do qual não poderia me furtar. Reciprocidade permeada, necessariamente, pelos sentidos atribuídos à antropologia e, principalmente, à antropóloga tanto na roda de conversa em que a figura de Indiana Jones foi resgatada, quanto no cenário de súplica feita por Patrícia para que eu a respondesse se, afinal, ela era ou não louca.

Sentadas em sua cama, em sua cela, Patrícia parecia colocar em minhas mãos a definição de quem ela era, sendo que, ser louca, era a possibilidade de não ser culpada. Ser louca era, portanto, estar a salvo da culpa com a qual ela teria de viver. Patrícia me colocava, assim, em um processo de trama específico. Era eu antropóloga que frequentava os pavilhões da penitenciária em companhia da Pastoral Carcerária, o sujeito ideal para a produção da definição de Patrícia como louca ao invés de culpada e, principalmente, para fazer chegar esta informação ao seu ex-marido, pai de sua filha: “diz pra ele que eu sou louca!”

Patrícia me acionava como ferramenta de comunicação entre ela e seu ex-marido, entre ela e sua filha. Patrícia me acionava como “vaso comunicante” (Godoi, 2010). O acionamento de Patrícia, contudo, era atravessado pela inflexão específica que identificava minha condição na prisão: uma “missionária” da Pastoral Carcerária que é antropóloga. O estranhamento quanto ao que é ser antropóloga era desvanecido pelo agenciamento de Patrícia que sabia o que fazer com estas informações. Nesse registro di-

zer que “ser antropóloga é ser tipo Indiana Jones” não parecia mais um equívoco.

A importância em analisar este acionamento para caracterizar a “antropóloga” está no fato de ser esta uma figura tensionada por saberes e poderes assimétricos que, assim como na mesa de dominó, são postos em jogo.

Uma boa jogadora de dominó é aquela que sabe colocar na mesa a pedra certa na hora certa. Para fazê-lo, ela deve manejar bem o conhecimento que tem acerca das regras e saber reconhecer nas jogadas das suas oponentes, as potenciais pedras que cada uma detém. Jogar bem dominó, portanto, implica em ter domínio sobre as suas próprias pedras e, também, as pedras dos outros para que se possa saber o que e quando colocar na mesa⁹. Nesse sentido, jogar dominó parece demandar movimentos estratégicos similares àqueles que Foucault descreve em *Vigiar e Punir* (2001) no que tange as táticas de produção da verdade sobre um crime.

Segundo o autor, o processo que leva a decretar como “criminoso” um “suspeito” demanda provas produzidas a partir de testemunhos com mais ou

⁹No trabalho de Adalton Marques (2009) os jogos de cartas – tranca, truco e pôquer – aparecem como fio condutor das análises sobre “proceder” dos “ladrões”. Faço, aqui, apenas uma menção de suas sofisticadas considerações sobre o tema por considerar, inclusive, que o uso acima da cena do jogo de dominó é apenas parcialmente compatível ao modo como Marques utiliza as narrativas e descrições dos jogos em sua dissertação. Ainda assim, chamo atenção para seu trabalho que, de outro modo, serviu de inspiração para a observação mais atenta dessa parte do trabalho de campo.

menos valia – o testemunho de um policial, por exemplo, pode ser suficiente para a comprovação de um crime (Nadai, 2012) -, ou ainda, a arma utilizada e o corpo da vítima. Na ausência destes artefatos que elaboram o dossiê criminal, têm-se o corpo do próprio acusado que pode, ou não, confessar o ato. A confissão entra como um dos elementos estratégicos da passagem de identificação de um suspeito como criminoso e, para consegui-la, é necessário colocar o suspeito em relação a quem irá inquiri-lo. Na sala de interrogatórios, suspeito e inquisidor negociam que peças colocam ou não na mesa. Que fatos são silenciados e sobre quais acontecimentos são lançadas palavras e gestos específicos. Cada um dos oponentes nesta relação se lança de diferentes artifícios, o inquisidor pode torturar física e psicologicamente o suspeito que, por sua vez, tem a possibilidade de manter-se calado (Foucault, 2001: 37).

As ponderações de Foucault a respeito da produção da verdade sobre o suspeito: se criminoso ou permanentemente suspeito, têm como base a disputa entre saberes e poderes do inquirido e do inquisidor. Não há uma verdade a ser escavada pelo inquisidor, antes há uma verdade acerca do suspeito que o inquisidor quer construir e, para tanto, empreende ferramentas e técnicas interrogatórias para as quais ele está treinado. Se tomarmos como pressuposto que o inquisidor é aquele que possui

os artefatos que o posicionam como um delegado retentor de armas, sala de interrogatório, carimbos e títulos juridicamente reconhecidos, percebemos uma assimetria de poder no jogo da produção da verdade. No limite, ao interrogado resta aceitar a verdade que lhe imputam ou ficar calado e não colaborar como prova para o decreto de sua culpabilidade. Mas esta estratégia pode representar, até mesmo, sua morte.

Não era a morte ou a vida das jogadoras de dominó que estavam em disputa na mesa do pátio da Penitenciária Feminina de Santana, tratava-se de um jogo para, antes, “matar o tempo da pena”, passar mais um dia no presídio, “tirar a cadeia”. Na cela de Patrícia, porém, se não estávamos ela e eu em combate pela produção de uma única verdade a ser imputada, violentamente, a mim ou a ela, estávamos ainda assim, jogando estrategicamente com a relação entre saber, poder e produção de verdades. Melhor dizendo, Patrícia me chamava para jogar, acionava seus saberes sobre a prisão, sobre os processos de classificação dos sujeitos – próprios das instituições penitenciárias e jurídicas – e das figuras missionárias/acadêmicas que, com certa recorrência, a visitavam. Por fim, à Patrícia pouco importava compreender o que é “ser antropóloga”, a ela interessava que eu, portadora desse título, atestasse ao ex-marido e a ela que tudo só havia acontecido em decorrência de um elemento estranho: a loucura.

Em sua cela, Patrícia me inquiriu. Ela fez a vez da inquisidora que demandava de mim, agente articuladora das técnicas científicas, a produção de uma verdade específica que a esquadrinhasse. A assimetria de poder, aparentemente óbvia em favor da figura detentora de títulos, registros e carimbos foi invertida por Patrícia que reelaborou o jogo do saber-poder. Era ela que sabia qual o melhor resultado para o jogo de composição da verdade, e assim entregava em minhas mãos a decisão de ser ou não louca. Para tanto, me levou em sua cela, me mostrou suas fotos, me explicou as regras do jogo. Entregou-me os “tesouros nativos” esperando que eu a retribuísse com um “laudo”, uma prova a ser informada a seu marido. Patrícia não precisava saber da minha definição do que é ser antropóloga. Ela já o sabia. Na nossa relação, eu era Indiana Jones.

DESVENTURAS DE INDIANA JONES, OU DOS CRIMES E CAMINHADAS DA ANTROPOLOGIA NOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DAS VERDADES SOBRE AS “CLASSES PERIGOSAS”

O elo entre antropologia e técnica prisional é antigo e tenso. Retomando Nicholas Dirks (2001), arrisco dizer que este foi um dos “crimes da antropologia”: a inegável cumplicidade com a formulação de embasamentos teóricos para a invenção das “classes perigosas” – a partir da criação de conhecimentos especí-

ficos sobre os “contextos” de raça, classe e gênero das mesmas – e os recorrentes desenvolvimentos de expertises técnicas para exame e aprisionamento dos sujeitos assim classificados. No Brasil, a relação da antropologia com a produção de discursos sobre as “classes perigosas” e o decorrente direcionamento de forças policiais a elas foi analisada por Mariza Corrêa (2001). Em *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*, Corrêa ilustra como as determinações de quais sujeitos se tornariam objetos de estudo da antropologia e da medicina legal brasileira fora, no início do século XX, fundamentadas pela teoria da degeneração de que falavam o naturalista Louiz Agassiz e o psiquiatra August Morel. Os adeptos dessa teoria procuravam entender o crime como efeito de características tais como raça, condição social e condutas sexuais. Os argumentos de Agassiz e Morel permitiam reforçar as noções da hierarquia das raças e dos gêneros amplamente positivadas pela ciência do século XIX reproduzidas pela antropologia, criminologia e medicina legal brasileiras através das figuras de Raymundo Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e Lemos de Brito. Pensar no desenvolvimento da criminologia no Brasil, portanto, implica em pensar no modo como “verdades” científicas foram introduzidas ao contexto social brasileiro do século XIX.

A historiografia de Mariza Corrêa ilustra como a produção dos discursos

sobre as “classes perigosas” foram fundamentadas pelas produções acadêmicas europeias que intersectavam raça e sexo no processo de classificação dos sujeitos como perigosos, violentos, degenerados, criminosos. Sua pesquisa lança luz sobre o papel que a antropologia teve na formulação de tecnologias de produções corporais que relacionavam procedimentos de exame aos chamados “objetos antropológicos”: “chumaços de cabelo e recortes de pele dos índios” (Corrêa, 2006: 133), por exemplo.

Não é pouco dizer que os projetos que idealizaram e construíram as instituições penitenciárias no Brasil foram tributários da “antropologia patológica” ou “criminal”, que tem em Cesare Lombroso um dos seus principais expoentes (Salla, 2006; Angotti, 2011). Mais do que isso, em minha dissertação de mestrado discuto a atualidade destas teorias que não só compuseram o arsenal teórico-metodológico da construção do sistema penitenciário paulista como, contemporaneamente, vem sendo reverberada em falas, relatórios e decisões de juízes acerca da vida das pessoas em situação de prisão.

Até meados da década de 1980, os chamados “laudos interdisciplinares”, produzidos por assistentes sociais, psicólogas e diretoras das penitenciárias, contavam com a chamada “ficha de descrição física”. Estas eram extensos questionários preenchidos pelos funcionários da prisão que elegiam, dentre

trinta e duas subcategorias descritivas – tais como “canhoto”, “lábios leporinos”, “cabelos carapinha”, “masculinizada”, “gogó avantajado” – quais eram as mais adequadas para caracterizar a pessoa que acabava de chegar à prisão para cumprir pena. Esta ficha descritiva é tributária dos “objetos antropológicos” de que falava Nina Rodrigues. Na prisão, o corpo permanece em exame por meio de técnicas, agora chamadas “policiais”, mas que em algum momento foram herdadas de uma antropologia específica (Nadai, 2012) que pulula nos corpos, nos imaginários e nas técnicas de exame que esquadrinham pessoas.

De modo similar, é o que aponta o estudo de Carolina Grillo (2008) que, ao analisar diferenças conferidas aos mercados ilegais de drogas da “favela” e da “pista” - quer dizer, mercados agenciados pelos moradores dos morros e mercados agenciados pelos “playboys” dos bairros de classe média do Rio de Janeiro - explora o modo como aos primeiros são atribuídos termos como “traficantes” e “bandidos”, aos quais está fortemente agregado o emprego da violência, enquanto que aos meninos brancos, “residentes do asfalto”, são relacionados termos como “empreendedores” e “passadores de drogas” sem carga de violência evidente, portanto. A autora lembra, ainda, que “a ressocialização” dos comerciantes de drogas das classes médias, é mais facilmente aceita pelo público do que a dos vendedores de dro-

gas das bocas nos morros¹⁰. Traficante do morro é sempre bandido.

As análises de Grillo remetem aos apontamentos feitos por Foucault (2001) no que concerne a diferenciação entre “ilegalidades” e “delinquência”. Segundo o autor, a instituição prisional é o aparelho de poder que desempenha o papel de gerir ilegalidades e diferenciá-las acerca de qual delas é crime e quais não o são. Por meio dessa argumentação, Foucault chama atenção para um aspecto central da justiça penal moderna: a tensão produzida pela presunção da igualdade, presente no discurso jurídico, e a particularidade das classificações dos sujeitos. Nesse registro, a prisão, mais do que uma estrutura penal igualitária, se define por um aparato da diferenciação que localiza os indivíduos em relações assimétricas de modo que a delinquência passa a ser equalizada às ilegalidades produzidas como crimes “das classes populares” que, “degradada pela miséria”, pela “falta de recursos e de educação”,

¹⁰João Guilherme Estrella é o personagem principal do filme “Meu nome não é Jonny” (2008) interpretado por Selton Mello e dirigido por Mauro Lima. Para ilustrar o argumento de Carolina Grillo, atento às diferenças estabelecidas entre a personagem deste e a de Zé Pequeno do filme “Cidade de Deus” (2002), interpretado por Leandro Firmino e dirigido por Fernando Meirelles e Katia Lund. Enquanto Zé Pequeno é negro, cresce sem família, no morro e comete uma série de assassinatos brutais quando ainda era criança; a personagem de Selton Mello é um menino branco da zona sul carioca, boêmio, muito querido pelos amigos. Um jovem inconsequente que, por fim, responsabiliza-se por todos os danos causados pelos seus atos. João Guilherme Estrella passa dois anos na prisão (na ficção e em sua vida), Zé pequeno por sua vez, é assassinado por garotos de aproximadamente dez anos, deixando implícito assim a continuidade dada por eles ao controle da venda de drogas no morro.

não sabem “permanecer nos limites da probidade legal” (Foucault, 2001, p.229). Em seu argumento, Foucault impõe uma circularidade entre a produção do saber sobre os “malfeitores” e a corporificação deste pelos prisioneiros que, por sua vez, travestem e parodiam as “descrições pitorescas” feitas sobre os “delinquentes”. Este movimento circular justifica a prisão como método repressivo, ao mesmo tempo em que cria “identidades” por meio de táticas de “sujeição criminal” que são subjetivadas pelos indivíduos “criminosos” na figura do “bandido” (Misse, 1999).

É sobre este sujeito criminoso, degradado pela miséria, vivente na barbárie da violência, a que Flora chama atenção ao acionar, em contraposição, a figura de Indiana Jones no pátio da prisão. Nesse caso, meu corpo é produzido pela justaposição das figuras dos juristas brancos, missionários cristãos, cientistas “donos das verdades” sobre, se não os povos colonizados dos séculos passados, os bárbaros encarcerados da atualidade que povoam os noticiários televisivos: “bandidos sem escrúpulos”.

Ser “tipo Indiana Jones” é, nesse registro, ser situada frente a uma carga histórica de posicionamentos assimétricos de poder-saber que configuraram a prisão. É, portanto, ser tramada frente à figura do “bandido” produzida pelos discursos das “classes perigosas”. Figuras que são, aqui, agenciadas.

Naquela roda de conversa, assim como na cela de Patrícia, sou eu a per-

sonificação das personagens salvadoras do progresso (McKlintok, 1995), são elas paródias dos bárbaros sem alma, textualizados nos relatórios antropológicos coloniais / nos prontuários prisionais. Mais do que eu, elas sabem me reconhecer, me identificar e tramam a mim segundo trocas estratégicas que me especificam como “vaso comunicante” específico. O laudo informal a que Patrícia pede que eu valide e entregue a seu marido, é tecido a partir de um jogo secular de produção de “corpos bárbaros” e “civilizados”. Corpos encarcerados e examinadores. Corpos edificadores das políticas prisionais.

Por meio de figuras atravessadas por classe, raça, gênero – como são as “bandidas perigosas” e “Indiana Jones” – Patrícia, mas também Marta e Rosa, colocam-me em um jogo de mercados costurados por trocas de informações e produções de verdades textuais ou orais a serem repassadas nos mais variados “foras” das prisões. Arranjos dependentes, por vezes, da carga de barbárie e sangue com a qual Patrícia monta sua narrativa do assassinato da amante do pai de sua filha. Sem esta, a negociação de Patrícia perde força. Ela precisa ser bárbara para ser salva pelo laudo da loucura.

De modo mais sutil e com a cumplidade dos anos passados juntas em trabalho de campo, é o que fez Marta ao pôr na mesa o caderninho do Corinthians. Ela agenciava ali os atributos de

“quem investiga” e “quem é investigada”. Atributos perpassados pelos artefatos de saber-poder tais como papel e caneta. Artefatos postos em jogo na relação que embaralha, confunde e rearranja redes de afeto pelas trocas articuladas do exame antropológico. Exame tão historicamente perverso como aquele apalpador da agente de segurança pelo qual passam os familiares visitantes às prisões nos cubículos da revista íntima onde seus orifícios, vaginas e ânus ficam expostos sobre o espelho. Exame que também coloca corpos em relação e torna antropóloga e sujeito de pesquisa em Natália e Marta: pessoas inevitavelmente tramadas pelas assimetrias de poder-saber que estão, aí, permanentemente em jogo. Jogo de vínculos que elaboram camadas justapostas nos encontros, nas trocas. Camadas que são sublevadas, estrategicamente, segundo cada situação. Afinal, se for como diz Strathern (2010: 223-224), enquanto ao observador externo as trocas parecem ser feitas por dois atores que, sozinhos, constituem a relação, estes sabem que a reciprocidade se faz pelo mascaramento de outras muitas camadas sobre as quais a cena aparentemente simplória da troca está produzida.

Sobre as trocas de escritas e produção de verdades que cabem nas relações de que fala este texto, recaem articulações, enredamento e as assimetrias dos sujeitos nos jogos de saber preencherem papéis, produzirem lau-

dos, escreverem cadernos, etnografias: fazerem o lastro documental da instituição prisional e seus aparatos mais cotidianos. Por fim, a antropologia é aqui chamada a refazer Indiana Jones.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANGOTTI, Bruna Soares de. 2011. *Entre as Leis da Ciência do Estado e de Deus: O surgimento dos presídios femininos no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BODOQUE Puerta, Yolanda y SORONELLAS Masdeú, Montserrat. 2010. "Parejas en el espacio transnacional: Los proyectos de mujeres que emigran por motivos conyugales". *Migraciones Internacionales*. Vol. 5, pp. 143-184.

CARSTEN, Janet. 2004. *After Kinship*. Cambridge: The Press Syndicate of the University of Cambridge.

CORRÊA, Mariza. 2001. *As Ilusões da Liberdade. A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.

CORRÊA, Mariza. 2006. "Nina Rodrigues e a 'garantia da ordem social'". In: *Revista USP*, nº 68, p. 130-139, dezembro/fevereiro.

DIRKS, Nicholas. 2001. "The Crimes of Colonialism": *Anthropology and the Textualization of India*". PELS, Peter e SALEMINK, Oscar (Orgs.). *Colonial Subjects: Essays on the Practical History of Anthropology*. Michigan: The University of Michigan Press, pp. 153-179.

FERREIRA, Letícia Carvalho de

Mesquita. 2013. "Apenas preencher papel': Reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoas e outros documentos". *Mana*, 19(1), pp. 39-68.

FOUCAULT, Michel. 2001. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 24ª edição. Petrópolis, Editora Vozes.

GIRONA, Jordi Roca. 2007. "Migrantes por amor. La búsqueda y formación de parejas transnacionales". *AIBR - Revista de Antropología Iberoamericana*, vol. 2, núm. 3, septiembre-diciembre, 2007, pp. 430-458.

GODOI, Rafael. 2010. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GRILLO, Carolina. 2008. "O 'morro' e a 'pista': Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas", in: *Dilemas*, pp. 127-148.

GUINZBURG, Carlo. 1990/1991. "O Inquisidor como Antropólogo". In: *América, Américas*, Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 21 setembro-fevereiro, pp. 9-20.

LUGONES, Maria Gabriela. 2012. *Obrando en autos, obrando en vidas: formas y fórmulas de protección judicial en los tribunales prevencionales de menores de Córdoba, Argentina, a comienzos del siglo XXI*. Rio de Janeiro: E-papers/LACED/Museu Nacional.

MARCUS, George. 1995. "Ethnography in/of the world system: The

Emergence of Mult-Sited Ethnography”. *Annual Review of Anthropology* (24), pp.95-117.

MARQUES, Adalton. 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro: Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

MCCLINTOCK, Anne. 1995. *Imperial Leather: Race, Gender, and Sexuality in the Colonial Contest*. New York: Routledge.

MISSE, Michel. 1999. *Malandros, Marginais e Vagabundos & A Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

NADAI, Larissa. 2012. *Descrever crimes, decifrar convenções narrativas: uma etnografia entre documentos oficiais da Delegacia de Defesa da Mulher de Campinas em casos de estupro e atentado violento ao pudor*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

PELÚCIO, Larissa. 2009. “Sin papeles pero con glamur: Migración de travestis brasileñas a España (Reflexiones iniciales)”. *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology*. v. 6, p. 170-197, 2009. Brasília, ABA. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/issues/v6n1/larissa-pelucio-sin-papeles-pero-con-glamur>.

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011a. “Amor, apego e interesse: trocas sexuais, afetivas em cenários transnacionais”. In: Adriana Piscitelli; Glauca

Oliveira de Assis; José Miguel Olivar (orgs.), *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: UNICAMP/PAGU (Coleção Encontros), pp. 385-433.

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2011b. “Papéis, interesse e afeto, relacionamentos amoroso/sexuais e migração”. In: AREND, Silvia Maria Favero; RIAL, Carmen Silvia de Moraes; PEDRO, Joana Maria (orgs.). In: *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Editora Mulheres, v. 1, pp. 103-129.

PISCITELLI, Adriana Gracia. 2013. *Trânsitos: brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

SALLA, Fernando. 2006. *As Prisões em São Paulo: 1822-1940*. São Paulo: Annablume; Fapesp.

STRATHERN, Marilyn. 2010. *O Gênero da Dádiva: Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, Editora Universidade Estadual de Campinas.

VELHO, Gilberto. 2013. “Trajetória individual e campo de possibilidades”. Gilberto Velho [Hermano Vianna, Karina Kuschnir, Cerso Castro (orgs.)], *Um antropólogo na cidade: Ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 125-138.

WAGNER, Roy. 2010. *A invenção da cultura*, São Paulo, Cosac Naify.

Natália Corazza Padovani

Doutora em Antropologia Social pela UNICAMP.